

JK



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2015/02/13

Ata da Assembleia Municipal de 13 de fevereiro de 2015

----- Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e quarenta minutos, no Salão do Museu de Vilarinho da Furna, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Terras de Bouro no ano de 2015, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro; -----**
- 2. Análise e votação de Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal apresentada pelo Movimento Partido da Terra; -----**
- 3. Análise e votação de Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Terras de Bouro para a criação de dois Espaços do Cidadão; -----**
- 4. Análise e Votação de Alteração ao Regulamento para a Venda de Lotes do Bairro da Caniçada – Valdosende; -----**
- 5. Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze; -----**
- 6. Análise e votação de pedido de autorização para contratação de empréstimo de curto prazo no valor de duzentos mil euros. -----**

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Guilherme José Coelho Alves, tendo o senhor Vítor Fernandes assumido o lugar de primeiro secretário e a senhora Marinha Neves o lugar de segunda secretária.

----- Estiveram presentes nesta sessão a representar a Câmara Municipal o Presidente do Executivo, Dr. Joaquim José Cracel Viana, e os vereadores Dr. António Afonso e Dr. António Cunha. Estiveram presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e sete, tendo-se verificado a falta justificada dos senhores deputados Agostinho Moura, Clara Sousa, Alice Sousa e António Pereira Lages que foram substituídos nos termos da lei pelos senhores

deputados Alberto Casimiro, Henrique Dias, Rui Manuel da Costa Luís e senhora deputada Severina Loureiro. -----

----- No início desta sessão, o Sr. Presidente da Câmara pediu autorização à Mesa da Assembleia para prestar alguns esclarecimentos sobre a sua vida privada de modo a refutar alguns rumores que circulam sobre a sua pessoa. Dada a anuência da Mesa, o Sr. Presidente referiu que tem como património pessoal uma habitação, cujo valor patrimonial tributário é de duzentos e trinta e sete mil quinhentos e oitenta euros, dois automóveis com treze anos de idade cada um e com o valor comercial de nove mil euros, uma conta bancária com um saldo de vinte mil euros e um empréstimo hipotecário para construção de habitação no valor de quarenta e cinco mil euros. Após a apresentação destas informações, concluiu: "É este o meu património pessoal, que prova que não estou na política para me servir, mas para servir os outros." O Sr. Presidente esclareceu também que nunca apresentou nos Serviços de Contabilidade do Município faturas de reparações de automóveis nem de abastecimento de combustível. -----

----- Após esta intervenção inicial do Sr. Presidente da Câmara, e comprovada a existência de "quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, de vinte e oito de novembro, que não mereceu qualquer intervenção, sendo, logo de seguida, colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu seguidamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que informou todos os presentes sobre o teor das recomendações feitas pelo Tribunal de Contas no documento que hoje se deu conhecimento às respetivas bancadas, pois integrava a correspondência recebida dirigida à Assembleia Municipal e, segundo o qual, os municípios não devem inflacionar o valor dos seus orçamentos, principalmente no que diz respeito às receitas previstas que, algumas vezes, não se confirmam mais tarde, pois, pelas mais variadas razões não são concretizadas ou concretizáveis. Ainda nesta fase, o Senhor Presidente da Câmara Municipal comunicou o regresso da senhora Vereadora, Dr.^a Liliana Machado, às funções de vereadora a tempo inteiro, saudando este regresso e agradecendo, ao mesmo tempo, o empenho da senhora vereadora que, mesmo não estando em permanência nos últimos dez meses, demonstrou nesse período toda a sua disponibilidade na câmara municipal, onde continuou a trabalhar praticamente

todos os dias, principalmente ao fim da tarde, sublinhou o senhor Presidente da Câmara Municipal, e tal comportamento sem qualquer remuneração da autarquia, pois só foi abonada com as senhas de presença das reuniões quinzenais do executivo municipal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal dirigiu-se ainda a todos os presentes nesta fase inicial para transmitir a informação da contratação pela ARS Norte de mais um médico para o Centro de Saúde de Terras de Bouro, estando também em perspectiva e para breve a contratação de um outro médico, mas desta vez para a Extensão de Saúde Rio Caldo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal falou ainda sobre os seguintes assuntos: o ponto da situação das candidaturas apresentadas pelo Município ao ON2 em regime de “overbooking”, no valor de um milhão e seiscentos e vinte mil euros; a concessão, através de hasta pública, do Bar da Fronteira e da Galeria dos Miliários; a concessão em hasta pública do Parque de Campismo do Videeiro; a conclusão para breve das obras na Piscina Municipal e a entrada na fase final do processo de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) que deverá, por imposições legais, estar concluído e aprovado, em Assembleia Municipal, até ao dia vinte e nove de junho de dois mil e quinze. Ainda sobre o PDM, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, mais uma vez, o ICNF se pronunciou negativamente sobre a última versão do documento, mas, ainda assim, esta posição não será impeditiva para a colocação em discussão pública do referido Plano. -----

---- Após esta fase inicial, passou-se ao período de antes da ordem do dia. -----

---- Inscreveram-se, então, numa primeira vaga, para usar da palavra os seguintes deputados municipais e presidentes da junta de freguesia: Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, deputado Manuel Cerqueira, deputado Manuel Joaquim de Sousa, deputado Henrique Dias, deputado Filipe Mota Pires, deputado José Alberto Martins, deputado Adriano Afonso, deputado Alexandre Pereira, deputado João Luís Esteves, presidente da junta de Freguesia de Vilar da Veiga e presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte. -----

----- Iniciou então a sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta com uma saudação inicial a todos os presentes para, de seguida, comentar como positiva a abertura do pólo de Covide do Centro Municipal de Valências, mas já não concorda com a presença do Senhor Presidente da Câmara nesse pólo, às terças-feiras de tarde, para atender munícipes. Segundo o Presidente da Junta de Moimenta, o fato de o Sr. Presidente estar frequentemente fora da Câmara Municipal,

para estar em Rio Caldo, no Gerês e agora em Covide, durante a semana, retirará muito tempo ao Senhor Presidente da Câmara para tratar de assuntos fundamentais para o Município, como as candidaturas de obras aos fundos comunitários e a resolução de problemas que todos os dias surgem no Município. Esta situação de ausência do Sr. Presidente da Câmara da sede do concelho deixa o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, e talvez também os outros presidentes das juntas de freguesia do vale do Homem, bastante apreensivo, sublinhou. -----

----- Logo de seguida e após saudar todos os presentes, interveio o senhor deputado Manuel Cerqueira que abordou a questão do atendimento na Marina de Rio Caldo, no dia vinte e seis de dezembro de dois mil e catorze, sublinhando que não está em causa o profissionalismo e empenho dos funcionários, mas sim o horário tardio de abertura no dia em questão, pelas nove quarenta e cinco. -----

----- Ainda na sua intervenção, mas agora sobre os bolos-rei oferecidos pela autarquia no Natal a todos os funcionários municipais, o senhor deputado Manuel Cerqueira referiu que há no concelho três empresas a fabricar bolos-rei e não duas, como já foi afirmado pelo Sr. Presidente, sendo que a Pastelaria Pluma, da qual é proprietário, já tem alvará de funcionamento desde mil novecentos e oitenta e dois. -----

----- O senhor deputado Manuel Cerqueira concluiu a sua intervenção nesta fase com a entrega à mesa da assembleia de um abaixo-assinado dos habitantes de Vilar da Veiga cujo assunto visa a construção de uma via pedonal ao longo da estrada entre Rio caldo e a Vila do Gerês. -----

----- Posteriormente interveio o senhor deputado Manuel Sousa do Movimento Partido da Terra, nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra: -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara, -----

Caros colegas Deputados Municipais, -----

Caros cidadãos, -----

----- Antes de mais queremos congratular-nos com a resolução de um assunto que abordei na sessão de Assembleia Municipal de vinte e oito de Novembro, relacionado com o imóvel devoluto, na Travessa do Ramalhão, na Vila do Gerês, acautelando assim pessoas e bens. Aproveito também agradecer a resolução do caso apresentado na reunião de vinte e seis de Setembro, relacionado com o entupimento da Ribeira das Regadas que estava por resolver há vários meses. -----

----- Após apresentação de ambos os casos, nesta Assembleia, foram prontamente resolvidos e é importante que também aqui se faça referência ao trabalho realizado.

Aproveito, no entanto, para lhe solicitar informação sobre a construção de muro de suporte ao Cemitério do Gerês - próximo da padaria, que mereceu também intervenção, no âmbito da proteção civil, por parte da Câmara Municipal -, nomeadamente se o município já foi ressarcido nos custos da sua construção pelos legítimos proprietários. -----

----- Em relação às queixas que recebemos de fornecedores pela prestação de serviços à Câmara Municipal e que não receberam o respetivo pagamento, tratamos de informar as pessoas, que se dizem lesadas, de acordo com o esclarecimento que o Senhor Presidente forneceu. É certo que ficaram admiradas com a resposta; no entanto, não voltarei a abordar o assunto se os afetados continuarem com o receio de divulgar os nomes e os montantes, bem como os serviços prestados. Porém, verifico que a Câmara Municipal prepara-se para se endividar junto de uma instituição bancária para ocorrer a dívidas de curto prazo, de que falaremos mais adianta na ordem de trabalhos. -----

----- Em relação às obras na Vila do Gerês, junto à Colunata, tive oportunidade de constatar que o espaço ficou agradável - pena que a Colunata esteja tão degradada, mas que creio que não seja do domínio da autarquia para se pensar numa intervenção. Porém, gostaria que nos esclarecesse: para quando a continuação das obras? Verifico que foi feito o arranjo do passeio da variante até à Pensão da Ponte, mas apenas do lado do rio, quando nos esclareceu que as obras seriam em toda a variante e também na Rua Miguel Torga - que estão a precisar de uma intervenção urgente pela fraca qualidade do piso. Relembro o Sr. Presidente: há um ano falamos nestas obras e prometeu perante os habitantes do Gerês a sua realização no decorrer desse ano.-----

----- Em relação ao Centro Interpretativo da Serra Amarela, na margem da albufeira de Vilarinho das Furnas, o Sr. Presidente refere que não compreende a minha preocupação com o assunto, até porque a obra é para embelezar um espaço e o tornar útil. O que me preocupa é o tipo de contrato com a EDP, que não é por tempo indeterminado – é somente, como V. Ex.^a sabe, um contrato de comodato celebrado por um período mínimo de cinco anos com a EDP (a EDP é que tem uma concessão do Estado Português de longa duração); preocupa-me quando nos diz que o valor da obra ronda os cento e cinquenta mil euros, sem custos acrescidos e na realidade confronto-me com valores que podem chegar aos trezentos e cinquenta mil euros no somatório de vários contratos (juntando com o projeto de “Valorização do Espaço da

Serra Amarela"). Voltei a fazer contas depois do que me disse na Reunião de Assembleia passada, para ver se estou equivocado, e não compreendo a razão de ter valores diferentes. A participação que refere é sobre os cento e cinquenta mil Euros? -----

---- Existe um muro de suporte na Escola C+S de Terras de Bouro que está inclinado e aparentemente apresenta risco de ceder. Pelo que sei, chegou a existir uma avaliação do estado do muro e creio que a sua opinião seria demolir o muro e fazer um novo. Era realmente sua intenção fazer um muro novo? Porque não foi feita a intervenção? Existe algum parecer técnico que assegure a segurança do local e libere a Câmara Municipal de quaisquer responsabilidades? Pelo que sei, existem uns buracos que ficaram abertos, do lado exterior da escola, e desde então permanecem por tapar.-----

---- A Câmara Municipal ofereceu durante quase quarenta anos, no período de Natal, para realização da ceia, que reúne os funcionários uma participação para "aquisição do bacalhau"; porém, em dois mil e catorze, não foi realizado tal convívio sob o pretexto de que a Câmara Municipal não tinha dinheiro para tal. Para surpresa de toda a gente presenteou-os com Bolo-Rei, de que muito se tem falado, por ter sido confeccionado numa padaria de Terras de Bouro de alguém próximo. Poderia ser um tema evitável, mas merece um reparo. Existem, creio, que três pastelarias na região (já que valoriza tanto as empresas do município) que seriam capazes de satisfazer a encomenda do Município. Acho que poderia ter optado pela divisão da encomenda, com exigências no pedido para minimizar as diferenças entre os bolos. Mesmo que corresse o risco das comparações (que haverá sempre) era melhor que o risco de criar a sensação em qualquer um de querer beneficiar alguém que ainda lhe é próximo.-----

---- Em relação ao incêndio da viatura que estava ao serviço do município, espero que não se tenha sofrido qualquer dano físico. Ainda que muito dedicado ao serviço da autarquia estranho que aquela hora, duas horas e trinta da madrugada, e naquele dia, de Sexta para Sábado, existisse algo assim tão importante para ser entregue ao senhor Vereador Luís Teixeira. Apenas duas questões sobre o assunto: se a viatura ardeu antes de se encontrar com ele como fez a entrega dos documentos considerados urgentes? Já que o Sr. Vereador não tinha internet porque não deixou os documentos no município para, no dia seguinte, este pudesse realizar o trabalho? Ou não teria também telemóvel para lhe comunicar? -----

---- O anterior executivo terá iniciado uma obra de eletrificação da ponte de Rio Caldo, cuja conclusão creio que terá sido no seu anterior mandato. Eletrificação que se

enquadrava na ponte, mas que na realidade já não existe. O que é feito da iluminação e das grelhas dos passeios que ainda faltam? Temos a informação que a iluminação terá sido utilizada para acorrer a uma necessidade no pavilhão da escola de Rio Caldo. Confirma essa situação? A reposição da iluminação foi pensada? -----

Temos documentos que foram emitidos em papel timbrado e carimbado com selo branco do município a permitir a realização de determinadas obras e intervenções de particulares e cujo caráter legal levanta algumas dúvidas. Declarações emitidas em período de pré-campanha eleitoral, em dois mil e treze. -----

---- Com que fundamento foram emitidas tais “certidões”, que neste momento estão a causar transtornos a esses munícipes? Como exemplo, para que não julgue que estamos a especular, a “autorização/legalização” de uma piscina construída em área do POAC, autuada pela GNR do Gerês, e posteriormente pelos serviços municipais, e cujo documento de defesa do titular é a declaração emitida pelo Sr. Presidente. -----

---- Em relação à rejeição do ICNF da proposta de revisão do PDM porque, por exemplo, existe a probabilidade de um por cento de existir a gilbardeira em Moimenta-a-Nova, gostaríamos de saber porque tem que ser o município a disponibilizar meios para provar a existência dessa planta e se o Executivo teria interesse em fazer a respetiva prova. Poderia em alternativa sugerir ao ICNF as provas/estudos sobre a probabilidade da existência desta planta, já que estes dispõem de meios técnicos e humanos para tal?” – fim de citação e da intervenção, nesta fase, do senhor deputado do MPT, Manuel Sousa. -----

---- Posteriormente, interveio o senhor deputado Henrique Dias, cumprimentando a mesa da assembleia e todos os elementos da assembleia municipal em primeiro lugar, para logo de seguida elogiar a descentralização deste órgão e de como se sente satisfeito por regressar às funções de deputado municipal, fazendo-o com muito gosto, ainda que em regime de substituição só nesta sessão. -----

---- Prossequindo a sua intervenção, o senhor deputado Henrique Dias aludiu seguidamente à aprovação pelo governo, hoje mesmo, da lei que estabelece a descentralização de competências nas áreas da saúde e educação para os municípios e de como se trata de algo mal planeado e até precipitado, sem qualquer estudo das consequências e previsões para o efeito. Assim, o senhor deputado questionou se há ou não transferência de verbas para este efeito e se será Terras de Bouro um dos anunciados concelhos-piloto. Ainda na sua intervenção, o senhor deputado Henrique Dias abordou o assunto, já aqui levantado, da compra dos “bolos-rei” pelo executivo

em permanência para oferecer aos funcionários do Município no natal e, tratando-se de uma opção e somente isso do executivo em permanência, em vez de custear o almoço de natal, tendo optado pela oferta dos bolos, não lhe parece ser este um assunto tão importante para trazer à assembleia municipal, concluiu. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou seguidamente a responder às questões e pedidos de esclarecimento dirigidos pelos quatro primeiros deputados municipais que iniciaram este período de “antes da ordem do dia”. Para comentar a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta, o Presidente da Câmara afirmou que, sobre a prática da descentralização de atendimento e depois da abertura do polo do Centro Municipal de Valências em Covide, achou por bem também efetuar atendimento aos munícipes na área de influência desse pólo, que são as freguesias de Covide, Campo do Gerês e Carvalheira, dada a centralidade da freguesia de Covide, e que o atendimento aos munícipes nos pólos do Centro de Valências ou nas delegações da Câmara Municipal será doravante repartido pelos três elementos do executivo em permanência já que a recetividade geral dos munícipes a este atendimento descentralizado tem sido muito boa. No entanto, o Sr. Presidente manifestou o seu respeito à opinião demonstrada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta sobre este assunto. -----

----- Prosseguindo o período de respostas, agora às questões colocadas pelo senhor deputado Manuel Cerqueira, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a abertura do Centro Náutico de Rio Caldo, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e seis de dezembro, se deveu ao facto de ter sido esse o horário combinado entre os funcionários e os utilizadores daquele espaço. O e-mail enviado pelo Clube Náutico do Prado é claro quanto ao horário combinado para a abertura do Centro Náutico de Rio Caldo. Já sobre a polémica dos “bolos-rei”, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, durante muitos anos, os funcionários do Município foram contemplados com um almoço de Natal pago pela autarquia, sempre nos mesmos restaurantes da sede do concelho. Nessa altura, ninguém se manifestou por ser sempre nos mesmos restaurantes, quando há muitos restaurantes no concelho. Pois este ano, em que se optou pela oferta dos bolos-rei, no total de trezentos e dezanove, segundo adiantou, pois até os reformados e os trabalhadores em contratos de emprego inserção tiveram direito a um bolo-rei, está a levantar tanta celeuma, na sua opinião, sem fundamento, pois nem parece um assunto relevante para ser trazido a esta Assembleia Municipal. Mais esclareceu o Senhor Presidente da Câmara Municipal que o atual executivo em permanência privilegia o comércio local,

adquirindo praticamente tudo em Terras de Bouro. Disse ainda que desconhecia que a pastelaria do senhor Manuel Cerqueira também confeccionava bolos-rei e, como é evidente, no próximo ano será contactado para apresentar orçamento para o efeito. ---

----- Por último e quanto à apresentação do abaixo-assinado pelo senhor deputado Manuel Cerqueira sobre a construção de um passeio ao longo da estrada entre Rio Caldo e o Gerês, o Senhor Presidente da Câmara Municipal alertou para o facto de esta obra ser bastante dispendiosa e de esperar a abertura de candidaturas aos fundos comunitários para este tipo de obras. -----

----- Para responder ou esclarecer as várias situações apresentadas pelo deputado do MPT, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer o reconhecimento manifestado pelo senhor deputado Manuel Sousa relativamente ao empenho do executivo em permanência em resolver as situações apresentadas pelos deputados municipais, o que prova que o executivo dá o devido valor e importância a este órgão autárquico e às propostas dos senhores deputados municipais. Sobre o assunto da construção de um muro junto ao cemitério do Gerês, o Sr. Presidente afirmou que o Município participou nessa intervenção pelos seguintes motivos: por se enquadrar no âmbito da proteção civil pois, além de uma habitação, o próprio cemitério corria perigo de derrocada, e por existir um compromisso estabelecido entre a autarquia e a Pensão Adelaide, agora Adelaide Hotel, aquando da abertura da variante do Gerês, compromisso esse de proceder à construção do muro de suporte ao depósito de água da Pensão Adelaide pela cedência de terrenos ao Município para essa variante. O Sr. Presidente informou ainda que o Município pagará cerca de três mil euros pela construção desse muro, o que é perfeitamente ajustado ao compromisso assumido há vários anos, sem nunca ser concretizado. -----

----- Relativamente aos pagamentos a fornecedores ou prestadores de serviços ao Município, o Sr. Presidente referiu que a Câmara Municipal está, neste momento, a liquidar o mês de novembro de dois mil e catorze e se há pagamentos em atraso, o Senhor Presidente pediu, como já o fez noutras ocasiões, que lhe façam chegar essas situações. Não havendo fatura, não há informação dos funcionários responsáveis pela requisição dos serviços e, assim sendo, não há lugar a cabimento orçamental e a verificação de fundos disponíveis e também não há pagamento. Assim se explica todo este procedimento que se não funcionar em pleno não podem ser feitos os respetivos pagamentos, sublinhou o Senhor Presidente, manifestando o seu empenho em

procurar descobrir e resolver a situação que o Sr. Deputado refere e que não quer revelar de quem se trata. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente agradeceu também ao senhor deputado Manuel Sousa as palavras sobre a oportuna intervenção na requalificação da Praceta Honório de Lima, no Gerês, levada a cabo pela autarquia, acrescentado que as outras obras que o senhor deputado refere, como uma intervenção mais profunda na Rua Miguel Torga, no Gerês, serão concretizadas logo que possível. -----

----- Em relação ao Centro Interpretativo da Serra Amarela, assunto mais uma vez abordado pelo deputado do MPT, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o edifício pertence ao Município por cedência da EDP e que o custo desse Centro Interpretativo foi de cerca de cento e cinquenta mil euros (sem IVA), co-financiado a oitenta e cinco por cento pelos fundos comunitários, cabendo ao Município suportar um investimento de cerca de vinte e dois mil e quinhentos euros. Este Centro Interpretativo está inserido num projeto mais amplo, denominado “Valorização do Espaço Natural da Serra Amarela”, com um investimento global em Terras de Bouro de quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos e trinta e oito euros e vinte e dois cêntimos. -----

----- Quanto ao muro de um particular que está por detrás do edifício do Centro Escolar e que apresenta uma inclinação, o Sr. Presidente informou que o mesmo já foi intervencionado pela Câmara Municipal, de acordo com pareceres técnicos, de modo a estabilizar a sua estrutura. Para isso, foram abertos três poços de drenagem de águas pluviais e tem sido monitorizado de forma a avaliar a sua estabilidade. O Sr. Presidente sublinhou que a Câmara Municipal, por precaução e de forma a garantir a segurança das pessoas, também procedeu à interdição de áreas junto a esse muro. Com a construção dos poços de drenagem de águas pluviais e com a interdição de espaços à circulação de pessoas, foram tomadas as medidas necessárias para que não se corram quaisquer riscos de segurança, referiu o senhor Presidente. Neste momento, há um conflito entre o proprietário do muro e o Município, que certamente acabará em tribunal, para resolver esta situação, frisou o Senhor Presidente. -----

----- Sobre a oferta de bolos-rei aos funcionários municipais pela autarquia, no Natal, o Sr. Presidente já tratou deste assunto numa intervenção anterior. -----

----- Quanto ao incêndio da viatura do Município que o Sr. Presidente conduzia na noite do dia vinte e seis para o dia vinte e sete de dezembro, informou que se deslocava para Valdosende em serviço e que a GNR tomou conta da ocorrência e

está a proceder às averiguações que considerar oportunas, abstendo-se de responder às perguntas do senhor deputado Manuel Sousa sobre esse assunto. -----

----- Sobre a iluminação da ponte de Rio Caldo, nada foi retirado pela autarquia, referiu o Sr. Presidente, acrescentando que a iluminação da ponte está com um problema ou avaria e que os funcionários municipais tratarão de resolver a situação e de concluir a iluminação das duas pontes o mais rápido possível. -----

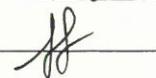
----- A respeito de uma coima aplicada pela GNR e pelo Município a um particular pela construção de uma piscina, quando esse particular tinha uma autorização escrita do Presidente da Câmara para tal obra, situação relata pelo senhor deputado do MPT, o Senhor Presidente esclareceu que passa algumas declarações para obras isentas de licenciamento prévio ou de reduzido impacto urbanístico e, no caso em questão, trata-se de um equipamento lúdico de reduzidas dimensões, sendo a própria lei sobre esta matéria muito vaga. Se o município foi autuado pelos serviços de fiscalização ou pelos serviços jurídicos do Município deveria ter alertado tais serviços para a declaração que possuía. Quanto à intervenção da GNR nestas situações, destacou que a GNR não aplica coimas, apenas elabora autos de notícia que são posteriormente enviados para a Câmara Municipal ou para outras entidades que tutelam o território. Sobre as declarações de autorização que por vezes emite para a construção de pequenas obras, o Sr. Presidente salientou que as pessoas já passam por tantas dificuldades e privações e que, por vezes, é necessário agilizar procedimentos burocráticos. -----

----- Sobre as exigências do ICNF quanto à proposta de revisão em curso do PDM, o Sr. Presidente esclareceu o senhor deputado Manuel Sousa que a verificação dos supostos impedimentos devido à presença de valores naturais indicados na Rede Natura não compete ao ICNF mas sim ao Município, e esse é que é o verdadeiro problema, concluiu. -----

----- O Senhor Presidente abordou de seguida a intervenção do senhor deputado Henrique Dias sobre a descentralização de competências nas áreas da saúde e educação para os municípios e confirmou que o Município de Terras de Bouro não será um dos concelhos-piloto nesta matéria, tanto mais que também não concorda com este processo de “livrar” ou desresponsabilizar o Estado das suas obrigações nestas e noutras matérias. -----

----- De seguida iniciou a sua intervenção o senhor deputado Filipe Pires com cumprimentos iniciais dirigidos à mesa e a todos os presentes. -----

----- O senhor deputado Filipe Pires apresentou logo de seguida, para inclusão na



ordem de trabalhos, dado o seu teor, um Voto de Pesar pelo falecimento da senhora Ana Afonso, mãe da senhora deputada do Partido Socialista, D. Severina Loureiro. ----
---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato à consideração e votação a solicitada inclusão de voto de pesar, sendo esta aprovada por unanimidade e, assim sendo, passou a constar da ordem de trabalhos como sétimo ponto da mesma. -----

---- Voltando a assumir a palavra, o senhor deputado Filipe Pires falou seguidamente sobre as situações e cita-se “de fofuques pessoais relacionadas com o Senhor Presidente da Câmara Municipal”, hoje aqui trazidas a esta assembleia, como sendo referências e suspeições que não dignificam em nada esta sessão e por isso deixa o seu lamento. São assuntos, continuou o senhor deputado, sem argumentos, o julgamento popular ao desempenho do Sr. Presidente já foi feito nas eleições e não deixou qualquer dúvida, pois estamos perante um presidente de câmara trabalhador, honrado e honesto, sublinhou e concluiu o senhor deputado Filipe Pires. -----

---- O senhor deputado José Alberto Martins, da coligação “Juntos por Terras de Bouro”, foi o autor da intervenção seguinte, começando por se referir ao incómodo que o Sr. Presidente da Câmara manifesta quando lhe falam na compra dos bolos-rei ou em outras situações que alegadamente possam ofender a sua honra. O Sr. Presidente não deve ficar ofendido com tais assuntos pois “quem não come alho não cheira a ele”. De seguida, o mesmo deputado apresentou diversas situações no concelho nos moldes que de seguida se transcrevem na íntegra: -----

---- *“Como nos encontramos poucas vezes, vão fazer o favor de ter paciência para os temas que pretendemos ver esclarecidos nesta sessão. É um prazer estar aqui de novo a contribuir democraticamente para que as condições de vida dos Terrabourenses possam melhorar. É esse o nosso propósito. Passava então para o primeiro ponto do período antes da ordem do dia, sem antes, pedir ao Sr. Presidente de Câmara que temos todo o tempo do mundo para o ouvir. -----*

---- *Este é o mês do romance. Certamente, todos já prepararam uma surpresa para os Vossos Cônjuges. Pese embora não seja exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal resolver todos os assuntos relacionados com a comunicação no âmbito das iniciativas programadas para o concelho, entendemos que cabe à Câmara Municipal o impulso de criar condições para que os operadores locais promovam o concelho cada vez mais. -----*

---- *Reutilização dos pavilhões na Freguesia da Balança. A imagem dos pavilhões na imagem patrimonial de Terras de Bouro. É certo que foram construídos antes deste*

executivo entrar em funções. Porém, não serve de desculpa de que a responsabilidade não é do atual executivo. Que soluções para a sua reabilitação? Mais tarde podemos dar contributos para o destino a dar a estes espaços. -----

----- Porta de entrada em Terras de Bouro na Freguesia de Souto. Dois aspetos menos positivos: As construções ali existentes, sem acabamentos e cremos que desabitadas. São habitações ilegais? Passíveis de legalização? Um concelho que pretende promover o turismo religioso, o turismo gastronómico e o turismo de natureza, todavia, não é possível visualizar qualquer menção a estes aspetos nesta porta de entrada. A porta de entrada deve ser apelativa para criar o ambiente de bem-estar nas pessoas que nos visitam. -----

----- Projeto Parque das Gordairas. Entendemos ser nossa obrigação dar a esta AM contributos políticos para manifestar a nossa discordância com o que foi proferido pelo Partido Socialista, na última Assembleia Municipal, a propósito da ênfase do argumento utilizado sobre a penhora de um terreno com valor de aquisição de 37.000, 00 euros. É um argumento que mostra que tardiamente o detetaram. Neste mandato foi a primeira vez que invocaram este argumento. Trinta e sete mil euros não podem pôr em causa um projeto de cerca de um milhão e duzentos mil euros. É sempre possível resolver o assunto. Bastava notificar o vendedor e regularizar a situação. -----

----- Muro confinante com o espaço da Escola (sede do Agrupamento). Não importa se o Sr. Presidente tem relações familiares com o proprietário do terreno confinante. As perguntas que se impõem: Valerá a pena correr riscos? Não nos vamos arrepender no futuro? Quem garante a segurança dos alunos, professores, funcionários e outras pessoas que ali permaneçam? A Câmara não pode tomar posse administrativa do muro? Não será melhor resolver o problema e mais tarde, em sede própria, determinar quem tem a responsabilidade? Existem três buracos enormes dentro do terreno por fechar. Dá ideia que foram feitas sondagens ao muro. Quando serão fechados?” – fim de citação e da intervenção, nesta fase, do senhor deputado José Alberto Martins. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal alertou os senhores deputados, tendo por base o regimento, de que todos terão que ser mais contidos nas suas intervenções, esta última, por exemplo, demorou cerca de onze minutos, o que torna assim difícil o desenrolar dos trabalhos, já que se pretende uma sessão ponderada e cumpridora do regimento, sublinhou. -----

----- Posteriormente teve lugar a intervenção do senhor deputado Adriano Afonso que depois dos cumprimentos dirigidos à mesa e a todos os presentes nesta sessão,

questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o ponto da situação na via Chorense/Ribeira e também a falta de colocação de marcas rodoviárias e pisos degradados em alguns locais perigosos do concelho, situações a rever com alguma urgência, frisou o senhor deputado. O mesmo deputado perguntou também sobre os canhões que são pertença do Município, sobre a situação da ambicionada ecovia para Rio Caldo e de como seria interessante também uma estrutura semelhante com início em Souto até á sede do concelho, pelo menos. -----

----- Seguidamente interveio o senhor deputado Alexandre Pereira que, depois dos cumprimentos iniciais, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre os seguintes assuntos: a Casa do Latim e o seu aproveitamento; de quem é a responsabilidade de informações e promoção da passagem de ano no concelho, se da câmara municipal, se da Associação Gerês Viver Turismo, já que é um assunto que deve ser tratado com antecedência, aliás como se vê noutros locais com capacidade para programar animação, algo que não tem acontecido em Terras de Bouro. -----

----- O senhor deputado Alexandre Pereira falou ainda sobre o facto de não ter usado da palavra na última sessão desta assembleia, o que parece ter causado alguma surpresa a algumas pessoas, mas segundo julga, por vezes vale a pena não falar, isto porque a sua intervenção, se tivesse acontecido, seria sobre o plano de atividades e como muitas vezes se vê, o que consta destes planos, também muitas vezes não se chega a concretizar, como obras mal planeadas e outras mal resolvidas, como durante tantos anos se viu. Por isso, continuou o senhor deputado, não adianta falar de obras ou planos futuros quando há assuntos atuais ou anteriores por resolver. Mais frisou o papel da CDU na resolução do problema dos CTT no Gerês, ou mais recentemente, em relação à falta de médicos no Centro de Saúde Terras de Bouro, a posição que esta assembleia municipal tomou, como sendo dois exemplos do que deve ser realmente dito e feito quando há problemas para resolver e como tal atitude deve continuar, concluiu o senhor deputado Alexandre Pereira. -----

----- Logo depois o senhor deputado João Luís Esteves, da coligação "Juntos por Terras de Bouro", usou da palavra para se referir à degradação do Centro Interpretativo do Garrano como algo que urge resolver pela utilização e dinamização tão necessárias naquele espaço. -----

----- A sessão continuou com a intervenção seguinte que pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, senhor Vítor Mendes, que depois dos cumprimentos à mesa e aos membros da assembleia, demonstrou a sua satisfação pela realização de duas importantes obras na vila do Gerês,

nomeadamente, a intervenção na Praceta Honório de Lima, agora um espaço requalificado com a dignidade que merece e que começa a refletir a qualidade de vida que se pretende e também a demolição e remoção das “casas amarelas”, um imóvel degradado de alto risco, que viu finalmente resolvida a situação de perigo e mau aspeto que demonstrava e a todos preocupava. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga frisou, por último, a tomada de posição que irá ser tomada em função da não resolução ou continuação dos problemas na área da saúde que afetam o concelho em geral, mas, nomeadamente, as populações do vale do Cávado e mais concretamente da sua freguesia Vilar da Veiga. Com efeito, sublinhou o senhor Presidente da Junta, é do conhecimento geral que têm existido negociações para resolver os problemas que existem com a falta de médicos, mas se nos próximos dias nada de novo acontecer, irão ser tomadas outras medidas para alertar e consciencializar as entidades competentes para este problema, concluiu, nesta fase, o senhor Presidente da Junta de Vilar da Veiga. -----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou novamente a responder às questões e solicitações de esclarecimento efetuadas na segunda vaga de intervenções dos deputados, começando por agradecer ao senhor deputado Filipe Pires as considerações efetuadas sobre a sua pessoa e sobre o modo como desempenha o cargo de presidente da Câmara Municipal. -----

----- No que diz respeito às declarações iniciais do senhor deputado José Alberto Martins sobre o “seu incómodo sobre alguns assuntos”, considerou-as infelizes e sem fundamento e afirmou e cita-se: “Eu estou cá há cinquenta e três anos e o Senhor acaba de chegar», fim de citação e acerca do ditado popular “Quem não come alhos não cheira a eles” nem se quis pronunciar. Sobre as outras questões apresentadas pelo senhor deputado, o Sr. Presidente afirmou que não há eventos previstos para este período do ano por parte da autarquia, pois não há, naturalmente, possibilidade para promover eventos todos os meses. Brevemente, teremos no concelho provas desportivas de trail que trarão a Terras de Bouro e ao Gerês milhares de atletas. O Senhor Presidente sublinhou que o executivo em permanência aposta em eventos internacionais que promovam e divulguem as potencialidades do concelho, tanto nas televisões como nas plataformas digitais, e não tanto na realização de eventos isolados e sem grande tradição no concelho. Acrescentou também que o Município, nos últimos anos, tem criado condições para que os operadores locais promovam cada vez mais o concelho, como é o caso do protocolo com a Associação Gerês Viver

Turismo para a promoção do turismo e a internacionalização da marca Gerês e a concretização do Plano Estratégico para o Turismo em Terras de Bouro. -----

----- Sobre os pavilhões do Parque da Balança, estes já foram várias vezes propostos a preços simbólicos a empresários do concelho, sem resultado, e está agora em estudo, em conjunto com a ATAHCA, a criação de um posto de recolha de frutos e produtos agrícolas para submeter a uma candidatura a fundos comunitários. Sobre a entrada do concelho, em Souto, e a existência de duas casas degradadas ainda em construção, a Câmara Municipal nada pode fazer pois não tem autoridade para as mandar demolir, uma vez que já foram construídas há muitos anos. Concorda que essas construções dão uma má imagem à entrada no concelho e procurará encontrar uma solução para as mesmas. No que diz respeito ao Parque da Vila, o Sr. Presidente referiu que não pretende repetir o que por diversas vezes já informou sobre essa obra. Espera a abertura de candidaturas aos fundos comunitários para apresentar e concretizar tal obra. Contudo, segundo o Sr. Presidente, importa desmistificar o Parque da Vila, que parece ser a salvação do concelho, quando no seu projeto apresenta a construção de um polidesportivo e a criação de trilhos ou passeios pedestres junto ao ribeiro das Gordairas. É assim um projeto tão fundamental para o nosso concelho? – questionou. Para o Sr. Presidente, é tão importante o Parque da Vila como a construção recente de um largo em Cabenco, na freguesia de Cibões, que passou a permitir que o autocarro escolar possa recolher as crianças e uma viatura dos Bombeiros possa socorrer as pessoas e bens, de modo a servir as populações. Estas são, continuou o Senhor Presidente, as diferenças entre “fazer obras grandes e grandes obras”, estas últimas sim, com utilidade. -----

----- Por último e sobre o “muro da escola”, assunto já abordado pelo senhor deputado Manuel Sousa nesta sessão, o Sr. Presidente remeteu para a resposta dada atrás. ----

----- À intervenção do senhor deputado Adriano Afonso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que os canhões do Município estão guardados em armazém e que a marcação das estradas é necessária e será feita logo que exista disponibilidade financeira para tal. Continuando, a construção de ecovias e ciclovias está contemplada no Plano Estratégico da CIM-Cávado e do concelho de Terras de Bouro, sendo que está prevista uma ciclovia de Terras de Bouro a Esposende. -----

----- Seguidamente e sobre os assuntos colocados pelo senhor deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente quis apenas referir-se à questão sobre a Casa do Latim, em Covide, que está a ser dinamizada como pólo do Centro Municipal de Valências, prestando serviços na área da saúde e da educação física, onde o Presidente da

Câmara atende os munícipes, e às questões alusivas ao turismo, concretamente sobre a promoção da passagem de ano no concelho. As atividades da “passagem de ano” competem às empresas do concelho, referiu o Sr. Presidente, e compete à Câmara Municipal estar disponível para colaborar nessas atividades, como já acontece com o lançamento de fogo-de-artifício em três locais do concelho na passagem de ano. Se deve ser ou não a Associação Gerês Viver Turismo a programar tais atividades é um assunto que deve ser colocado a essa associação. O Sr. Presidente manifestou a sua discordância com o senhor deputado Alexandre Pereira quando este afirma que não há capacidade no Município para programar atividades, quando há diversas atividades que provam exatamente o contrário, isto é, provam a grande capacidade da Câmara Municipal para programar e organizar grandes eventos. -----

----- Continuando e agora respondendo ao senhor deputado João Luís Esteves, o Senhor Presidente comentou que há a intenção e o empenho da Câmara Municipal em dinamizar o Centro Interpretativo do Garrano, pois ainda no dia de ontem estava agendada uma reunião que teria como objetivo tratar este assunto, mas que, infelizmente, teve de ser adiada, mas, certamente, teremos desenvolvimentos deste assunto em breve. -----

----- Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, o Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as considerações e concordou com a posição assumida relativamente à problemática que preocupa as populações no que diz respeito à falta de médicos. -----

----- O senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte foi o último interveniente neste período para se referir à questão de atendimento clínico no Centro de Saúde de Terras de Bouro que, por vezes e no que diz respeito ao regime de “consultas abertas”, deixa a desejar, já que para este sistema existirá ou não um limite para o atendimento, por vezes, parece que sim. Se estivéssemos a falar do regime privado, o comportamento dos médicos seria talvez diferente, sublinhou o senhor Presidente da União das Freguesias de Chorense e Monte. -----

----- Sobre esta última intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta interveio logo depois para dizer que há regras a cumprir no atendimento médico e que já por várias alertou para os problemas de saúde que assolam o concelho. No entanto e como em breve está prevista a colocação de mais médicos em Terras de Bouro, esta situação deverá ser minorizada. -----

----- Intervenção do Público. -----

----- Não se registaram intervenções do público presente. -----

----- Terminado este período, entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constam os seguintes pontos, depois da introdução solicitada e já efetuada no dia de hoje: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de Setembro;** -----
2. **Análise e votação de Proposta de alteração do Regimento da Assembleia Municipal apresentada pelo Movimento Partido da Terra;** -----
3. **Análise e votação de Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Terras de Bouro para a criação de dois Espaços do Cidadão;** -----
4. **Análise e Votação de Alteração ao Regulamento para a Venda de Lotes do Bairro da Caniçada – Valdosende;** -----
5. **Análise e votação da primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze;** -----
6. **Análise e votação de pedido de autorização para contratação de empréstimo de curto prazo no valor de duzentos mil euros.** -----
7. **Análise e consideração sobre Voto de Pesar devido ao falecimento da senhora Ana Afonso.** -----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedeu à apresentação das atividades do Município realizadas após a última reunião deste órgão, nomeadamente no que diz respeito à Divisão de Planeamento e Urbanismo, a conclusão prevista da revisão do Plano Diretor Municipal e a elaboração de projectos individuais e de apoio às juntas de freguesia. Sobre a Divisão de Obras Municipais, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se à reabilitação de várias vias municipais, às obras da reabilitação da Piscina Municipal, de igual forma à reabilitação do passeio de Rio Caldo e ainda à requalificação da Vila Termal do Gerês (requalificação da Praceta Honório de Lima). O senhor Presidente abordou ainda as seguintes atividades deste período: a Moda em Movimento na vila de Terras de Bouro; as várias atividades do Centro Municipal de Valências e do Projeto Envelhecer a Sorrir; a realização do XVI Encontro Concelhio de Cantares de Natal e de Reis; informação sobre o novo local e horário de atendimento

no Pólo de Covide do Centro Municipal de Valências; a realização do desfile de Carnaval e a nova fase de atribuição de lotes para construção no Bairro da Caniçada. -

----- Ainda sobre a atividade do município, mas no campo financeiro, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o valor da receita cobrada até 5 de fevereiro, em operações orçamentais, era setecentos e quinze mil e trinta e três euros e vinte e sete cêntimos e o valor da despesa, também em operações orçamentais, efetuada até à mesma data, era de seiscentos e noventa mil, trezentos e oitenta e cinco euros e setenta e nove cêntimos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou ainda a assembleia municipal sobre o seguinte: no que diz respeito à taxa de execução dos fundos comunitários, Terras de Bouro é, no âmbito da CIM-Cávado, o município que apresenta a taxa mais elevada, cerca de noventa e oito por cento de execução e cerca de oitenta e sete por cento no que diz respeito ao encerramento das candidaturas, o que é assinalável, sublinhou. -----

----- Sobre este ponto não aconteceu qualquer inscrição ou consideração por parte dos membros da assembleia municipal. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abordou o mesmo para dizer que o procedimento em questão poderá não ser este, ou seja, para se proceder a uma alteração ao regimento da assembleia municipal deverá ser criada uma comissão para o efeito, os contactos efetuados com outras assembleias municipais assim o indicam. -----

----- Sobre este ponto pediu a palavra o senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa com a intervenção que de seguida se transcreve na íntegra: -----

----- *“Tal como mencionado na proposta apresentada e enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal, o MPT considera que no atual regimento da Assembleia Municipal existe uma lacuna em relação à criação de comissões de inquérito ou de estudo, que deverá ser regulamentada com regras claras de constituição, composição, competências, prestação de informações, funcionamento e instalação. Veja-se dois exemplos recentes de lacuna no Regimento da Assembleia Municipal: existe a possibilidade do membro da Assembleia poder propor a constituição de comissões municipais e, ao mesmo tempo, existe ausência absoluta de qualquer mecanismo para sua criação e funcionamento; o exemplo da Sra. Deputada Municipal, de um partido da oposição, convidada para a comissão, ad-hoc, para a celebração dos 500 anos do*

Foral e que depois não foi convocada para as reuniões, até porque não se pode apurar se esta comissão existiu. -----

----- Tal proposta vai no sentido de atribuir a esta Assembleia mais poderes de fiscalização da atividade do Executivo Municipal em funções, em vez de ficarmos à mercê de esclarecimentos que possam ser pouco conclusivos, pouco esclarecedores e sem qualquer conclusão ou apuramento de responsabilidades dos factos. -----

----- Lembro a todos os presentes que, tal como os deputados da Assembleia da Republica, os deputados municipais têm responsabilidades delegadas pelos cidadãos nos respetivos escrutínios eleitorais. -----

----- A função da Assembleia da Republica e de uma Assembleia Municipal é a mesma: fiscalização e controlo do poder executivo. Se os seus mecanismos regulamentares ou regimentais não existirem ou não tiverem eficácia, então estamos à mercê do poder absoluto dos órgãos executivos. Esta proposta pretende também que forças políticas com menor representação possam ter maior representatividade na constituição e funcionamento das comissões. -----

----- Esta proposta visa reforçar o poder deste órgão e de cada um individualmente, e assim responder às responsabilidades confiadas pelos eleitores. Diminuir esta Assembleia ao mero espaço de debate oratório não parece que seja uma afirmação de responsabilidade de cada um de nós. Apelo aos membros desta Assembleia Municipal a conferirem mais poderes a este órgão” – fim de intervenção do senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a usar da palavra para dizer que nesta assembleia municipal sempre se valorizou o papel de todas as forças políticas de todos os quadrantes, por muito minoritárias que sejam, em termos de representação, pois sempre todas, sem exceção, tiveram e têm direito a usar da palavra e foram convidadas para as comissões de trabalho criadas em função da sua expressão ou representatividade política. -----

----- Posteriormente e também sobre este tema, interveio o senhor deputado Henrique Dias para referir que as alterações ao regimento carecem sempre de um agendamento prévio. -----

----- De igual forma assumiu depois a palavra o senhor deputado Filipe Pires, que começou por referir a legitimidade da proposta, mas também é preciso sublinhar que as comissões criadas anteriormente funcionaram sempre muito bem e, na verdade, esta proposta tem até algumas considerações que deturpam o regime vigente e assim não pode o Partido Socialista concordar com ela. -----

----- O senhor deputado Alexandre Pereira foi o último deputado a intervir sobre este assunto para afirmar que a mesma apresentação de proposta é legal na sua forma e caberá agora decidir em votação pelo seu conteúdo. -----

----- Colocado então à votação, foi o segundo ponto da ordem de trabalhos reprovado por maioria, com onze votos contra, onze abstenções e seis votos a favor. -----

----- No que diz respeito ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, "*Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Terras de Bouro para a criação de dois Espaços do Cidadão*", o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a assinatura deste protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa vem na sequência do que foi estabelecido nas Grandes Opções do Plano para 2014, por parte do Governo e que, segundo o qual, deverá existir "a continuação do processo de informatização e de proximidade dos serviços públicos a prestar ao cidadão e a criação de uma rede próxima dos cidadãos da presença do Estado no território, que garanta o acesso fácil aos serviços públicos;" conforme dita o protocolo. No caso de Terras de Bouro, prosseguiu o Senhor Presidente da Câmara, está prevista a instalação de dois mini-espacos de lojas do cidadão, a criar um na sede do concelho e outro na freguesia de Vilar da Veiga, isto por questões de logística e de redução de custos para o Município. Também não é menos verdade, sublinhou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que, com a instalação destas lojas ou espacos do cidadão poderá surgir um argumento futuro por parte do governo para encerrar serviços públicos no concelho. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre este ponto, interveio em primeiro lugar o senhor deputado Henrique Dias, questionando as expectativas que estas situações por vezes criam e se as taxas a pagar estão definidas, pois o que parece estar em causa é o retirar ou esvaziar competências a serviços já existentes, suprimindo delegações e desde logo postos de trabalho. Mais afirmou o senhor deputado Henrique Dias que esta nova atribuição de serviços é uma forma de concorrência desleal para os atuais profissionais e um atropelo à lei que está em vigor. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta que começou por afirmar que a sede do concelho pode ficar sem alguns serviços públicos, poderá até correr o risco de deixar de ser sede do concelho e este protocolo poderá ser mau para os serviços de Braga, mas é ótimo para as populações locais que estão longe desses serviços, julgando assim que é uma mais-valia e que este protocolo é bem-vindo. -----

----- Seguidamente, e a propósito da proximidade dos serviços públicos aos cidadãos e munícipes, pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Covide para elogiar e agradecer a abertura na sua freguesia de um pólo do Centro Municipal de Valências e, claro, a disponibilidade do Senhor Presidente da Câmara Municipal para o atendimento quinzenal no referido pólo. -----

----- Sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos, "*Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Terras de Bouro para a criação de dois Espaços do Cidadão*", pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o critério de escolha das duas freguesias em questão para a abertura dos dois Espaços do Cidadão. -----

----- Esta última questão foi de imediato alvo de resposta por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal que afirmou que, para além de se tratar das duas vilas existentes no concelho, têm condições físicas reais para o efeito sem que o Município tenha que realizar obras. Não se poderá pensar que esta decisão seja para desconsiderar a freguesia de Rio Caldo, aliás a descentralização no atendimento mais próximo aos munícipes começou, precisamente, nesta freguesia. Ainda sobre esta questão, o Senhor Presidente salientou o facto de Terras de Bouro ter conseguido obter dois espaços do cidadão enquanto outros municípios de maior dimensão só conseguiram aprovar um espaço do cidadão. -----

----- O senhor deputado do MPT, Manuel Joaquim de Sousa, foi o interveniente seguinte sobre o terceiro ponto da ordem de trabalhos para dizer que, à primeira vista, a criação de espaços do cidadão são uma boa ideia, mas também não é menos verdade que poderá ter outras consequências menos positivas na função pública, tornando-se assim uma incerteza. -----

----- Posteriormente interveio o senhor deputado Filipe Pires e sobre o mesmo ponto afirmou a dificuldade que assembleia municipal tem em se pronunciar sobre esta matéria face às incertezas da própria situação. No entanto, a possibilidade de disponibilizar os serviços numa lógica de proximidade às populações parece ser ótima, pena é que parece não haver a salvaguarda dos serviços já existentes, o que se lamenta. -----

----- Colocado então à votação, este terceiro ponto, "*Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Terras de Bouro para a criação de dois Espaços do Cidadão*" foi aprovado, por maioria, com o voto contra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo e sete abstenções. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rio Caldo apresentou uma declaração de voto contra o “Protocolo entre a Agência para a Modernização Administrativa e o Município de Terras de Bouro para a criação de dois Espaços do Cidadão”, onde fundamenta a sua decisão. Essa “Declaração de Voto” fica apensa a esta ata e aos documentos desta reunião. -----

----- No que diz respeito ao quarto ponto da ordem de trabalhos, “Alteração ao Regulamento para a Venda de Lotes do Bairro da Caniçada – Valdosende”, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentou a alteração do limite de idade dos concorrentes para se alargar o potencial leque de compradores que possam entretanto surgir, pois até agora só se venderam três lotes. -----

----- Foi aberto o período de inscrições para intervenções, tendo-se registado a intervenção inicial do senhor deputado José Alberto Martins para dizer que as alterações avulsas não são a melhor forma de resolver o assunto. Foi elaborado algum estudo de mercado por consultores desta área? Um estudo de mercado trará, naturalmente, informação relevante para melhorar a decisão. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a usar da palavra para dizer que os primeiros preços dos lotes estavam já definidos com a EDP e que o atual executivo em permanência resolveu fazer uma nova avaliação, com melhor aproveitamento dos espaços, para tornar os preços mais acessíveis. Ainda a este respeito, comentou o Sr. Presidente, convém frisar que o estudo de mercado, como sugeriu o senhor deputado José Alberto Martins, fica muito caro e não se justifica. -----

----- Sobre esta última matéria pediu a palavra o senhor Vereador Dr. António Afonso para dizer em defesa da sua honra e cita-se: “ Que começou por referir ter sido vítima, na Assembleia Municipal, de acusações falsas feitas pelo senhor presidente da Câmara Municipal e pelo líder da bancada socialista Filipe Mota Pires em relação à avaliação dos lotes do Bairro da Caniçada. O senhor vereador apresentou documentos fornecidos pelos serviços municipais que provam que a avaliação de lotes em valores acima dos quarenta mil euros é da responsabilidade do executivo socialista, uma vez que foi realizada durante o ano de dois mil e dez, e não da responsabilidade do último executivo do PSD como pretendem fazer crer”, fim de citação. Existiu, continuou o senhor vereador, um empolamento dos preços dos lotes e que a nova avaliação, realizada em dois mil e dez, deu origem a uma multiplicação de lotes que originou os valores que agora se praticam. O senhor vereador apresentou documentos que,

segundo ele, provam que o atual executivo definiu preços elevados para os lotes e que, agora, quer fazer crer que tais preços foram aprovados pelo executivo anterior. ---

----- Logo a seguir interveio novamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a sua preocupação em resolver o preço elevado dos lotes e, por isso, ordenou uma redução muito significativa do preço base que, em alguns casos, se situaram em reduções na ordem dos setenta e cinco por cento, de modo a tornar os lotes mais acessíveis aos jovens. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal também se pronunciou sobre este assunto, apelando à procura e divulgação dos lotes do Bairro da EDP em Valdosende e de como seria realmente importante para a freguesia de Valdosende e claro, para Terras de Bouro, que as pessoas manifestassem interesse em comprar os terrenos e morar em Valdosende. -----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Manuel Joaquim de Sousa que questionou o limite de idade imposto e se fica assim tão dispendioso fazer as obras de urbanização do loteamento. -----

----- Seguidamente foi a vez do senhor deputado Alexandre Pereira assumir a palavra para frisar os custos que a câmara municipal tem com esta situação e cita-se” outras coisas velhas” que trazem agora problemas, como o problema que já aqui referiu do Campo do Bilinho, na vila do Gerês. -----

----- Por último, o senhor deputado Rui Manuel da Costa Luís também usou da palavra sobre esta matéria para dizer que o protocolo em questão (Bairro da Caniçada) não está a ser cumprido e as pessoas estão a ficar saturadas, aliás, veja-se o estado de abandono em que está a antiga Pousada da EDP, sem dúvida um “elefante branco”. -----

----- Findas as intervenções, colocou-se então à votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, tendo este sido aprovado por maioria, com sete abstenções e um voto contra. -----

----- Seguidamente foi exposto o quinto ponto da ordem de trabalhos, “Primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e quinze”, tendo o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentado os motivos que levam a essa revisão em alta do Orçamento Municipal, com um aumento da receita e da despesa no valor de quinhentos e trinta e oito mil e duzentos e dezoito euros. -----

----- Seguidamente e como não se registaram intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto cinco da ordem de trabalhos, tendo

este sido aprovado por unanimidade. -----

---- A sessão prosseguiu com a apresentação do sexto ponto da ordem de trabalhos, “Análise e votação de pedido de autorização para contratação de empréstimo de curto prazo no valor de duzentos mil euros”. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal justificou a necessidade de contratação deste empréstimo de curto prazo para que o Município tenha de imediato liquidez e possa honrar compromissos, sobretudo com as Juntas de Freguesia. Este empréstimo resulta do facto de outras receitas, como a derrama de dois mil e catorze, não terem chegado ainda ao Município. -----

----- Aberto o período de inscrições, registou-se a intervenção do senhor deputado José Alberto Martins, da Coligação “Juntos por Terras de Bouro”, que disse então “que quando é necessário, entendemos que esta é uma modalidade de financiamento para a autarquia. Estes duzentos mil euros são para despesas de capital ou despesas correntes?” – perguntou. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato, informando que este empréstimo é para pagar obras das Juntas de Freguesia, isto é, despesa com bens de investimento. -----

---- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o sexto ponto da ordem de trabalhos, que foi aprovado por maioria com cinco abstenções. -----

---- O sétimo ponto, “Voto de Pesar devido ao falecimento da senhora Ana Afonso” que, como foi dito, trata-se da mãe da senhora deputada do Partido Socialista, D. Severina Loureiro, foi apresentado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e imediatamente colocado à consideração de todos os presentes, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- E nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram zero horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Presidente da Assembleia Municipal

GUILHERME JOSÉ COELHO ALVES

O Secretário da Assembleia Municipal

Paulo Augusto Silva

